

INTRODUÇÃO. AUSTRIDADE E REGIMES DE BEM-ESTAR E DE SEXO/GÉNERO

Virgínia Ferreira e Rosa Monteiro

Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal
Instituto Superior Miguel Torga e Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, Portugal

Desde 2008 que a crise económico-financeira, social e política e as medidas políticas implementadas para a enfrentar têm provocado alterações significativas no que respeita aos níveis de bem-estar e proteção social de setores significativos da população. Espoletada com a bolha imobiliária nos Estados Unidos da América, esta crise tornou-se global, atingindo diretamente vários países da Europa e, reflexamente, em países de outros continentes mais dependentes da exportação de bens de consumo, em virtude da retração da procura e o congelamento do crédito quer para o consumo quer para o investimento (Seguino, 2010). Marcadas pela austeridade e pela retração da despesa pública em proteção social e apoio ao crescimento económico, as políticas públicas têm exacerbado as desigualdades sociais, na medida em que tendem a privatizar os riscos sociais e a desregular os mercados de trabalho. A literatura sobre a atual crise e a austeridade é já abundante (p.e., Rubery, 1988; Walby, 2009; Seguino, 2010; Rubery, 2011; Karamessini e Rubery, 2014; Griffin, 2015). São, porém, raras as análises sobre os impactos ao nível dos regimes de sexo/género, entendidos como configurações das relações sociais entre mulheres e homens, determinadas, em cada contexto, pelo enquadramento institucional, pela economia e pelos estilos de vida. Nessas configurações são dimensões-chave a divisão da esfera pública e privada e da produção e reprodução entre mulheres e homens (Walby, 2004). Em cada momento histórico, cada regime de sexo/género oferece oportunidades de vida e impõe exigências a mulheres e homens. No contexto da crise atual, interessa, por isso, perceber qual o papel que nos regimes de bem-estar se reserva ao Estado, ao mercado e à família e qual o modelo de família que é promovido (Daly, 2011; León e Migliavacca, 2013). Importa, portanto, conhecer as oportunidades abertas e exigências impostas a mulheres e homens pelas configurações contextualizadas dos regimes de sexo/género e bem-estar e pelos modos de gestão da crise.

Embora as primeiras manifestações da crise tenham atingido primordialmente os setores mais masculinizados do emprego, vários estudos têm vindo a mostrar que o emprego feminino não deixou de ser afetado principalmente como consequência das medidas de austeridade adotadas pelos governos para «combater» a crise, entre as quais se destacam os cortes nos apoios sociais, o aumento dos impostos e a redução dos efetivos da administração pública (vejam-se o conjunto de análises incluídos no volume editado por Karamessini e Rubery, 2014). O princípio do universalismo tem vindo a ser abandonado em favor da familização (Daly, 2011). A generalização da condição de prova de meios dos agregados

familiares reforça o papel subsidiário da família e reduz a autonomia das mulheres em áreas chave da cidadania, a nível individual, social e político. As mulheres são uma vez mais relegadas para a «caixa negra» da família, de onde lutaram para sair ao longo das últimas décadas. A retração do estado de bem-estar formal leva a um reforço da «sociedade-providência» informal, cujo principal pilar é a família, que por sua vez tem no trabalho não remunerado das mulheres a sua principal fonte de sustentação. Resta, portanto, saber como o reforço do carácter contratualista do regime de cidadania e bem-estar, como via de acesso ao gozo de direitos sociais, tem implicado a transformação das relações sociais de sexo/género e as respetivas implicações em todas as esferas da vida pessoal, familiar, social, económica e política.

Estas mudanças colocam enormes desafios aos estudos feministas, sobre as mulheres e de género. Daí o interesse da *ex æquo* em coligir e visibilizar análises que incluam esta perspetiva, independentemente da área científica de proveniência (estudos sobre as mulheres/de género/feministas, sobre políticas sociais, ou de áreas disciplinares como a sociologia, economia, direito, psicologia, etc.).

Com a organização deste dossier temático procuraram-se contributos centrados nas mudanças em curso nos regimes de bem-estar e de sexo/género em consequência das políticas de austeridade adotadas para fazer face à atual crise económico-financeira. É vasta e diversificada, parece-nos, a agenda de investigação aberta pela problemática das transformações nas relações sociais de sexo/género estimuladas pela atual crise. Em breves apontamentos enunciamos algumas das questões que nos merecem destaque:

1. Políticas de austeridade e modelos económico-sociais, de cidadania e de sexo/género;
2. Análises feministas sobre os impactos diferenciais das políticas de austeridade nos padrões de segregação dos mercados de trabalho em regiões/países, setores de emprego, trabalho remunerado/não remunerado e grupos sociais (em função do sexo, etnia, orientação sexual, classe social, idade, etc.);
3. Efeitos da crise e das políticas de austeridade sobre os modelos de proteção social e as suas implicações nas relações sociais de sexo/género;
4. Investimento social – mudanças e efeitos sobre a articulação da vida profissional e familiar;
5. Discursos sobre a crise e as políticas austeritárias e respetivas implicações para as representações sobre as identidades e as relações de sexo/género;
6. O regime de sexo/género e os limites do contratualismo;
7. Endividamento e gestão dos orçamentos familiares;
8. Desemprego jovem, precarização, limitações de acesso ao crédito para habitação – impactos sobre projetos de autonomização pessoal;
9. O subfinanciamento de centros de investigação e impacto nos estudos feministas, sobre as mulheres e de género;

10. Modalidades de mobilização coletiva e discursos de resistência às políticas austeritárias e respetivas implicações no *gender gap*;
11. Exploração de futuros alternativos mais igualitários;
12. Reemergência e resistência ao familismo.

Este dossier não fecha certamente esta agenda, pelo que é expectável que ao longo dos próximos anos, as transformações induzidas pela crise e pelas políticas destinadas ao seu combate voltem a merecer a atenção da *ex æquo*.

Referências bibliográficas

- Daly, Mary (2011), «What Adult Worker Model? A Critical Look at Recent Social Policy Reform in Europe from a Gender and Family Perspective», *Social Politics: International Studies in Gender, State & Society* 18(1), 1-23.
- Griffin, Penny (2015), «Crisis, austerity and gendered governance: a feminist perspective», *Feminist Review* 109, 49-72.
- Karamessini, Maria; Rubery, Jill (eds.) (2014), *Women and Austerity – The Economic Crisis and the Future for Gender Equality*, Londres, Routledge.
- León, Margarita; Migliavacca, Mauro (2013), «Italy and Spain: Still the Case of Familistic Welfare Models», *Population Review* 52(1), 25-42.
- Rubery, Jill (ed.) (1988), *Women and Recession*, Londres e Nova Iorque, Routledge/Kegan Paul.
- Seguino, Stephanie (2010), «The Global Economic Crisis, its Gender and Ethnic Implications and Policy Responses», *Gender and Development* 18(2), 179-199.
- Walby, Sylvia (2004), «The European Union and Gender Equality: Emergent Varieties of Gender Regimes.» *Social Politics* 11(1), 4-29.
- Walby, Sylvia (2009), «Gender and the Financial Crisis», Paper for UNESCO Project on 'Gender and the Financial Crisis' (disponível em: http://www.lancaster.ac.uk/fass/doc_library/sociology/Gender_and_financial_crisis_Sylvia_Walby.pdf, consultado em setembro de 2015).